## PROJETO DE LEI Nº 2.105 DE 2007. (Do Poder Executivo)

Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

## **EMENDA ADITIVA**

## O art. 3º do presente Projeto de Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º	
AIL. 3°	

§1º É vedada a inclusão no RTU de quaisquer mercadorias que não sejam destinados ao consumidor final, bem como os seguintes produtos:

I – armas e munições;

II – fogos de artifício;

III – explosivos;

IV – bebidas, inclusive alcoólicas;

V – cigarros:

VI – veículos automotores em geral e embarcações de todo tipo, inclusive suas partes e peças;

VII – medicamentos;

VIII - pneus;

IX – bens usados; e

X – bens com importação suspensa ou proibida no Brasil.

§2º A garantia e assistência técnica dos produtos ou mercadorias objeto de importação sob o RTU, serão regidas nos termos da legislação prevista no Código de Defesa do Consumidor".

Sala das Sessões, de setembro de 2007.

Deputado Julio Semeghini PSDB